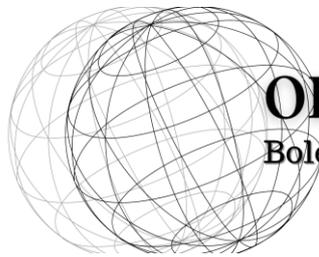


ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – Nº 4
Outubro-Dezembro/2023
ISSN: 2965-2235



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF

Vol. 1 - Nº 4 – Outubro-Dezembro/2023

ORBIS – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação trimestral de análise de conjuntura editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira - LEPEB. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas gerais da área de Ciência Política e Relações Internacionais, com destaque para análises sobre política externa, política de defesa, segurança internacional e relações civis-militares. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danillo Avellar Bragança

Editores-adjuntos

- Danilo Sorato
- Eduardo Heleno de Jesus Santos

Autores/as desta edição

- Danilo Augusto da Silva Horta
- Danillo Avellar Bragança
- Eduardo Freitas Gorga
- Nathan Morais Pinto da Silva
- Talita Ribeiro

Conselho Editorial

- Ana Amélia Penido Oliveira, Instituto Tricontinental, Brasil/Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José - FSJ, Brasil.
- Emerson Maione de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotuane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval - EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Patricia Capelini Borelli, Faculdades de Campinas - FACAMP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

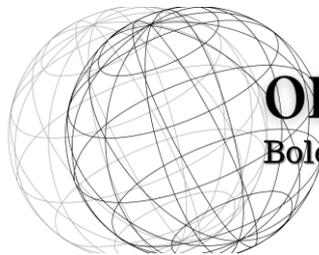
www.lepeb.uff.br

lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n - Campus do Valonguinho
- Centro – Niterói – RJ - CEP. 24.020-150 -
www.inest.uff.br

Foto de Capa: Etiópia 18/02/2024 – 37ª Cúpula da União Africana - Bilateral do Governo do Brasil com comitiva da Nigéria, liderada pelo presidente Bola Tinubu. Fotos: Ricardo Stuckert/PR



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF

Vol. 1 - Nº 4 – Outubro-Dezembro/2023

SUMÁRIO

Editorial

Equipe Editorial 03

De volta à África? Notas sobre a política externa brasileira para a África no terceiro governo Lula

Danilo Augusto da Silva Horta 05

A cooperação brasileira com a Guiné-Bissau: impactos sobre a segurança internacional

Eduardo Freitas Gorga 10

As empreiteiras e a política externa brasileira no governo Lula III: uma possível "reinternacionalização"?

Nathan Moraes Pinto da Silva 15

O fenômeno do policial político no Brasil

Talita Ribeiro 20

Sirenes e Operações Policiais

Danillo Avellar Bragança 25

Normas para submissão de artigos

Equipe Editorial 29

Editorial

Com esta edição, o ORBIS, boletim trimestral de análise de conjuntura editado pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF, completa o seu primeiro ano de vida. O lançamento desta publicação coincidiu com o retorno do país a um mínimo de normalidade democrática, depois de um período conturbado e marcado por arroubos autoritários e uma permanente articulação golpista, como as investigações sobre os atos antidemocráticos realizadas nos últimos meses, no âmbito dos processos que correm no STF, têm demonstrado. Porém, essa “normalidade” está longe de significar uma estabilidade plena ou ausência de tensões.

Após um ano do Governo Lula III, a sociedade brasileira ainda permanece bastante polarizada, com a extrema direita procurando – e conseguindo - manter a sua base mobilizada, depois de certo recuo no pós-oito de janeiro, notadamente através de uma forte e bem articulada presença nas plataformas digitais e nas redes sociais. Ao mesmo tempo, o governo continua a ter fortes problemas em sua comunicação, demonstrando grande dificuldade em entender a dinâmica das novas mídias e de nelas atuar.

Além disso, nesses 12 meses, permanecem tensões nas relações entre os três poderes - via de regra, tendo o legislativo como epicentro -, com o Congresso - hegemonizado pelo “Centrão” e com forte presença da extrema direita bolsonarista - buscando cada vez mais protagonismo e, em seu limite, tentando ensaiar uma espécie de “parlamentarismo branco”. E isso tem sido a causa de constantes atritos com o Executivo e com o STF.

Outro assunto delicado, mas que - repetindo a prática de seus dois mandatos anteriores – Lula tem procurado contornar através de uma política conciliatória, evitando maiores enfrentamentos, é a questão militar. Apesar da visível politização – ou “bolsonarização” - das Forças Armadas, com a comprovada simpatia e/ou participação de inúmeros de seus integrantes na conspiração golpista que teve seu suspiro derradeiro no oito de janeiro, o Presidente da República tem procurado não tensionar as relações com os quartéis, jogando na conta de iniciativas individuais o envolvimento de militares com a tentativa de golpe. Na mesma direção, situam-se as dificuldades do governo em lidar com a “bolsonarização” das Polícias e em elaborar uma resposta efetiva aos crescentes problemas na área da segurança pública.

Já no âmbito da política externa, o governo Lula III tem buscado retomar o protagonismo perdido nos últimos anos e procurado a fazer com que o Brasil volte a ser reconhecido como uma das lideranças do Sul Global. Assim, nesses 12 meses, a ideia de uma inserção internacional autônoma – mas em um contexto bastante distinto daquele dos governos Lula I e II – voltou a nortear os movimentos externos do Brasil. Por outro lado, no debate público sobre os rumos da política externa brasileira, renovaram-se antigas críticas – recorrentes nos dois mandatos anteriores de Lula - a algumas escolhas dos seus formuladores e decisores, identificadas por esses críticos como “partidárias”, como ficou patente nas polêmicas em torno da posição do Brasil em relação ao governo de Nicolás Maduro, na Venezuela, ou das posturas assumidas pelo governo brasileiro – e pelo presidente da República – no decorrer do conflito entre Israel e o Hamas.

Nos cinco artigos presentes neste quarto número do ORBIS são discutidas algumas dessas questões, dentre elas a retomada da política africana brasileira, inclusive com uma análise específica sobre a cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau em áreas como defesa, segurança pública e enfrentamento aos crimes transnacionais, ou a possível volta do processo de internacionalização de empresas brasileiras, com o apoio do Estado. Além disso, são abordados também temas relacionados à politização das corporações policiais e a forma como elas atuam nas áreas pobres dos grandes centros urbanos, através de operações recorrentemente marcadas pela violência e pelos excessos dos agentes do Estado.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores

De volta à África? Notas sobre a política externa brasileira para a África no terceiro governo Lula

Danilo Augusto da Silva Horta*

O governo Lula III se processa em um ambiente doméstico polarizado, em que persiste uma grande sensibilidade às temáticas abordadas e ações empregadas pelo governo em nível internacional. Muito dessa sensibilidade advém de perspectivas ideológicas presentes em parcelas significativas da população nacional, fato este que impõe sérios desafios à condução das ações de política externa empregadas pelo governo e cria limitações à inserção internacional brasileira. De maneira resumida, entendemos que realizar modificações na política externa e na inserção internacional do Brasil com um ambiente interno polarizado traz custos políticos para o governo Lula que não existiriam caso a polarização fosse menos acentuada ou inexistente.

Apesar dos distintos custos políticos domésticos impostos ao governo ao aplicar seu programa de política externa, importa apontar para o fato de que o governo Lula III, durante todo o ano de 2023, produziu uma série de inflexões na inserção internacional do Brasil, especialmente quando comparado com as ações internacionais adotadas pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Essas inflexões, mais do que transformar a política externa brasileira, foram empregadas a fim de reconstruir as bases materiais e diplomáticas nacionais e recuperar a legitimidade do Brasil frente a outros atores internacionais, afetadas diretamente pelo isolamento oriundo da condução ideológica da política externa brasileira pelo governo Bolsonaro.

Se a política externa do governo Lula III modificou radicalmente a política externa brasileira em relação ao empregado em governos anteriores, faz-se necessário compreendermos e analisarmos os sentidos dados às ações internacionais empreendidas pelo novo governo e os objetivos buscados por meio delas. De modo geral, entendemos que o governo Lula III, durante o ano de 2023, adotou medidas que seguiram, embora em ambientes doméstico e externo distintos, os eixos da política externa de seus dois primeiros mandatos (governos Lula I e II - 2003 a 2010), tanto por conta da perspectiva do presidente Lula (e do Partido dos Trabalhadores) sobre o papel e a posição do Brasil no Sistema Internacional, quanto porque a figura do presidente Lula ainda é lembrada e possui grande legitimidade frente a uma série de atores internacionais.

Defender que as ações empregadas pelo governo Lula III, durante o ano de 2023, seguiram os eixos da política externa de seus dois primeiros mandatos significa defender que tais ações se processaram a partir de, pelo menos, um dos seguintes eixos: 1º)

esforço para desenvolver relações de caráter Sul-Sul, visando tanto fortalecer a posição do Brasil na América Latina quanto no Sistema Internacional como um todo; 2º) esforço para fortalecer laços de caráter Norte-Sul, visando estimular relações com países desenvolvidos em prol do desenvolvimento e da autonomia nacional; 3º) busca por fortalecer as relações bilaterais do Brasil e fortalecer a inserção internacional do país via instituições multilaterais; 4º) busca por elevar o prestígio, a legitimidade e a influência do Brasil no Sistema Internacional a partir do protagonismo em temáticas referentes à proteção de direitos humanos, à defesa de pautas ambientais e à busca pela paz. Em cada um dos eixos observamos uma série de iniciativas que, em conjunto, fazem parte da procura do governo Lula III por recolocar o Brasil em posições de liderança e de protagonismo no Sistema Internacional, estas últimas afetadas diretamente pela condução ideológica da política externa do governo Bolsonaro. Sendo esse quadro geral fundamental para a realização de uma análise sobre a condução da política externa pelo governo Lula III, buscamos responder nesse texto a seguinte pergunta: qual o lugar da África na política externa brasileira conduzida pelo terceiro governo Lula?

Em primeiro lugar, é fundamental destacar que desde a proposta de governo do então candidato à presidência Lula, em 2022, confere-se um papel fundamental às relações Sul-Sul e às relações Brasil-África: “Reconstruiremos a cooperação internacional Sul-Sul com América Latina e África” (COLIGAÇÃO BRASIL-ESPERANÇA, 2022, p. 17). O interesse por fortalecer os relacionamentos brasileiros com a África teve reflexos diretos sobre as ações internacionais do Brasil durante o primeiro ano de mandato do governo Lula III, isto é, em 2023. Em segundo lugar, a busca por fortalecer laços econômicos, políticos e diplomáticos com atores internacionais africanos se enquadra diretamente em pelo menos dois dos eixos seguidos pela política externa brasileira dos governos Lula (incluindo o atual), isto é, no 1º) no esforço para fortalecer relações de caráter Sul-Sul e no 4º) na busca por elevar o prestígio, a legitimidade e a influência do Brasil no Sistema Internacional. Em terceiro lugar, a busca pela reconstrução da imagem e da posição do Brasil no Sistema Internacional perpassa pelo reestabelecimento e pelo fortalecimento das relações brasileiras com atores do continente africano, visto que estes últimos foram marginalizados pela política externa ideológica do governo Bolsonaro e que, conseqüentemente, as relações econômicas, políticas e diplomáticas com atores africanos foram deterioradas (CHADE, 2023). Tendo em vista os interesses e os objetivos que levam o governo Lula III a tentar fortalecer as relações com atores do continente africano, é possível compreender distintas ações internacionais empregadas pelo governo brasileiro em 2023.

No primeiro ano de mandato, o presidente Lula, diferente de Jair Bolsonaro, utilizou-se da diplomacia presidencial como forma de revitalizar as relações brasileiras com distintos atores internacionais, tanto bilateral, quanto multilateralmente. Em 2023, o presidente realizou 15 viagens internacionais e visitou 24 países, sendo três deles países africanos (MAIA, 2023). Não obstante este baixo número de visitas à África, é preciso destacar dois aspectos fundamentais: 1º) trata-se de uma retomada das relações Brasil-África e um grande avanço em relação ao governo anterior, visto que Jair Bolsonaro não visitou nenhum país africano durante seu mandato e que seu governo marginalizou a África de sua política externa, abrindo espaço para outros atores (como a China e a Rússia) agirem e fortalecerem suas posições frente aos atores do continente (CHADE, 2023) e 2º) o número de lideranças e atores africanos contemplados nessas viagens foram elevados, visto os diversos encontros e contatos estabelecidos durante os eventos e conferências do qual Lula participou.

Na 1ª viagem realizada para o continente africano, entre os dias 21 e 28 de agosto de 2023, Lula e sua comitiva participaram de uma série de atividades bilaterais e multilaterais que buscavam fortalecer relações político-diplomáticas do país e, sobretudo, criar oportunidades econômicas para o Brasil. O primeiro Estado africano visitado pelo presidente Lula nesta ocasião foi a África do Sul, seguida de Angola e, por fim, de São Tomé e Príncipe (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2023).

Na África do Sul, Lula participou da 15ª cúpula dos chefes de Estado do BRICS. Nesse evento, reuniu-se com os líderes do bloco para discutir uma série de questões, tais como a expansão do bloco e o desenvolvimento de instrumentos monetários para fortalecer as relações econômicas entre os países que compõe o BRICS. Além das discussões com os chefes de Estado e governo dos países membros do bloco, durante o evento Lula participou de um fórum empresarial e se reuniu com chefes de Estado e governo de países interessados em entrar no bloco e/ou fortalecer relações com seus membros, sendo que muitos destes eram chefes de Estado e empresários africanos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2023). Trata-se, sem dúvida, de uma viagem que buscou fortalecer as relações de caráter Sul-Sul do Brasil com diferentes atores do Sistema Internacional e que teve efeitos diretos sobre as relações Brasil-África. Em seu discurso na cúpula, Lula ressaltou a importância econômica que a África possui para o Brasil e as enormes oportunidades comerciais e financeiras existentes, explicitando, também, a centralidade da África para a política externa de seu atual governo e para os interesses brasileiros. Tal como expresso por Lula em seu discurso: “O Brasil está de volta ao continente de que nunca deveria ter se afastado. A África reúne vastas oportunidades e

um enorme potencial de crescimento.”. Essa viagem seguiu os eixos da política externa lulista, tal como observado em seus dois primeiros mandatos. Dá-se, assim, centralidade para as relações políticas, diplomáticas e econômicas do Brasil com a África.

Em Angola, país visitado após a 15ª Cúpula do BRICS, Lula foi recebido pelo presidente João Lourenço e participou de uma sessão da Assembleia Nacional de Angola e do Fórum Econômico Brasil-Angola, onde buscou discutir e fomentar o desenvolvimento de cooperação em vários setores e estimular o aprofundamento das relações econômicas entre Brasil e Angola (PLANALTO, 2023). Em sua reunião com João Lourenço, Lula também discutiu acerca do fortalecimento da cooperação com Angola, em especial nos setores militares e agrícolas, além de buscar estimular maiores contatos do governo angolano com agências brasileiras como a Embrapa, a Sebrae e a Conab. Essa visita foi central para a retomada das relações Brasil-África, uma vez que a Angola é um dos principais parceiros do Brasil no continente e é um dos únicos países africanos com que o Brasil possui uma parceria estratégica. Sendo um país lusófono, o estreitamento das relações com este país é central para a imagem do Brasil frente a outros países lusófonos da África.

O último destino de Lula foi São Tomé e Príncipe. Neste país, Lula participou da 14ª Conferência de Chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entidade que tem como membros diversos países africanos lusófonos como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2023). Trata-se de uma organização importante para o estreitamento das relações entre Brasil e países africanos, visto que por meio dela se fortalecem laços político-diplomáticos e se estimulam o desenvolvimento e aprofundamento de relações econômicas entre seus membros (que já compartilham uma série de atributos em comum, como a língua).

Se a viagem e as atividades realizadas por Lula na África foram importantes para reestruturar e desenvolver os relacionamentos Brasil-África após o isolacionismo promovido pelo governo Bolsonaro, observamos outras ações importantes empregadas durante o governo Lula III para tal fim. A principal delas se deu com o anúncio e oficialização, por meio de decreto oficial publicado em 30 de novembro de 2023, da criação de duas novas embaixadas na África, uma em Serra Leoa (esta que fora fechada durante o governo de Jair Bolsonaro) e outra em Ruanda, e da abertura de um consulado-geral em Angola. Assim, o governo Lula III amplia a infraestrutura diplomática brasileira no continente africano, dando condições para estimular o aprofundamento de diversas relações Brasil-África.

Essas ações realizadas ao longo do segundo semestre de 2023 demonstram a centralidade dada à África pelo terceiro governo Lula. Além das ações concretas empregadas ao longo do primeiro ano de mandato, os discursos do presidente e do corpo burocrático brasileiro apontam para uma tendência ao aprofundamento das relações Brasil-África durante o segundo ano do governo Lula III. Espera-se, portanto, um crescimento das relações políticas, diplomáticas e econômicas existentes entre Brasil e África em 2024, de modo que o Brasil volte a ser um ator presente no continente africano, diferentemente do que se observou ao longo dos mandatos anteriores, em especial durante o governo Jair Bolsonaro.

Referências

CHADE, Jamil. Brasil precisa olhar para a África com respeito. **Uol**, São Paulo, 25 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/10/25/brasil-precisa-olhar-para-africa-com-respeito-diz-especialista.htm>> Acesso em: 14 de mar. de 2024.

DIRETRIZES para o programa de reconstrução e transformação do Brasil Lula-Alckmin 2003-2026. **Coligação Brasil Esperança**, agosto de 2022.

MAIA, Mateus. Lula volta ao Brasil e completa 62 dias fora do país em 2023. **Poder 360**, 6 de dezembro de 2023.

LULA tem compromissos em três países africanos. **Presidência da República**, 16 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/lula-tera-compromissos-em-tres-paises-africanos-na-proxima-semana>.

* Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestrando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (PPGCP/UNICAMP). Bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: danilosilvahorta@gmail.com

A cooperação brasileira com a Guiné-Bissau: impactos sobre a segurança internacional

*Eduardo Freitas Gorga**

Neste artigo procuramos fazer uma breve análise da colaboração entre o Brasil e a Guiné-Bissau, com foco particular no fortalecimento das capacidades guineenses, sob o objetivo de aprimorar as suas ações no âmbito da segurança internacional, no contexto das relações sul-sul. Uma motivação essencial é a importância da abordagem da política externa brasileira, que busca fornecer apoio aos países em desenvolvimento, especialmente aqueles em sua vizinhança estratégica. Além disso, vale ressaltar que a formação de alianças entre países é facilitada por processos de institucionalização, que envolvem a criação de regras, normas, convenções e o reconhecimento diplomático, seja de maneira formal ou informal. Portanto, a capacidade dos Estados de se comunicarem e cooperarem é influenciada por essas estruturas (KEOHANE, 1989).

No mesmo sentido, a cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau demanda a presença de interesses comuns, onde ambos os países reconheçam os benefícios mútuos decorrentes dessa colaboração para contornarem crises institucionais (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC, 2012). Um exemplo claro das questões de crise institucional é evidente na atualidade, onde as Forças Armadas da Guiné-Bissau enfrentam uma escassez considerável de equipamentos (NAU, 2021). Além disso, o país africano lida com desafios estruturais no treinamento e no emprego de suas forças militares convencionais. Desse modo, o crime organizado transnacional pode criar obstáculos significativos para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, que é comumente identificada como um "narco-Estado" devido ao fluxo de entorpecentes pelo seu território, o que afeta a sua estabilidade política e desafia as forças de segurança locais (GORGA, 2023).

Nesse sentido, as vulnerabilidades de segurança na África Ocidental contrastam com a necessidade do Brasil de expandir a sua proteção para além das suas fronteiras estratégicas mais próximas (CARVALHO, 2016). Através da costa atlântica africana, a Guiné-Bissau mantém relações comerciais significativas com o Brasil, notavelmente por projetos bilaterais, cujo acordo foi originado em 1978 (ABC, 2012). Conseqüentemente, o argumento desta pesquisa é que a influência das relações do Brasil com a Guiné-Bissau, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ao longo do século XXI, ocorreram em várias áreas visando o fortalecimento institucional do mencionado Estado

africano.

A teoria institucionalista neoliberal, também chamada de neoinstitucionalismo ou neoliberalismo, serve como alicerce para entender como as instituições influenciam o comportamento dos Estados no sistema internacional (KEOHANE, 1989). Atualmente, a busca por relações multilaterais visa fortalecer os países em várias dimensões do poder, inclusive a militar, com contínuas implicações na Defesa e Segurança. Da mesma forma, acordos bilaterais ampliam as capacidades do Brasil ao buscar um maior protagonismo global, com a notável atuação da ABC.

Essa Agência, no contexto das relações sul-sul, adota uma abordagem que visa o avanço a partir das principais demandas dos países em desenvolvimento, aliado às capacidades das entidades brasileiras parceiras (ABC, 2021). Tais fatos são evidentes na cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau, onde projetos foram implementados, inclusive na área de segurança pública (ABC, 2012). Entre 2011 e 2013, o governo brasileiro também contribuiu com mais de R\$4,5 milhões em cooperação técnica para a Guiné-Bissau, demonstrando o compromisso com a Reforma do Setor de Segurança do país africano.

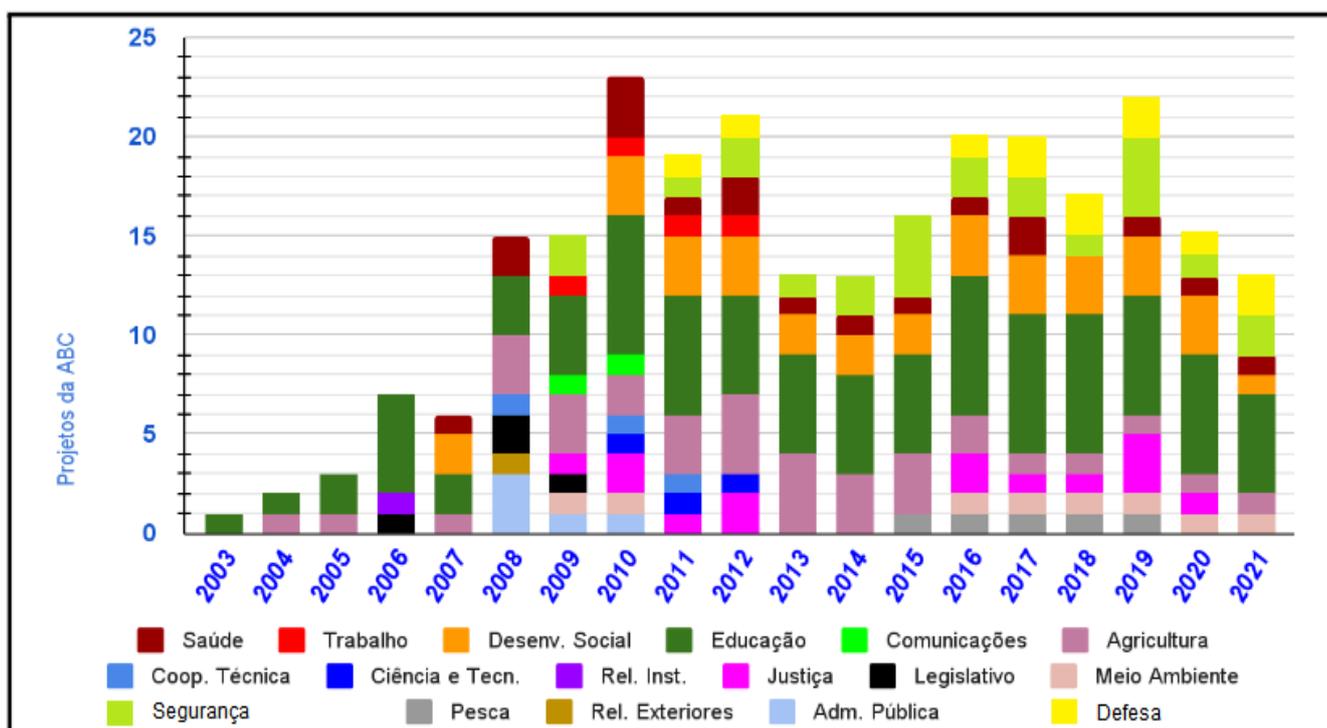
O tráfico de drogas através da Guiné-Bissau, rumo aos mercados ilícitos europeus, intensifica as fragilidades institucionais do país africano e exige maior fiscalização nas fronteiras terrestres e no litoral atlântico. Evidentemente, na Guiné-Bissau, a falta de vigilância nas fronteiras, associada à escassez de recursos humanos e materiais adequados, contribui para fluxos ilegais. Diante de tais desafios, esse país precisa fortalecer sua segurança e colaborar externamente para combater as dinâmicas prejudiciais provenientes do cenário internacional (CARVALHO, 2016).

As situações de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau variaram ao longo dos governos dos presidentes Rousseff, Temer e Bolsonaro, devido às características específicas de cada administração. Durante o governo Rousseff, houve esforços para manter a diplomacia com a África. O governo Temer deu prioridade discreta aos países africanos, buscando consolidar laços estabelecidos anteriormente. Já o governo Bolsonaro evidenciou uma diminuição relativa nas ações de cooperação com a África, embora não tenha prejudicado os laços existentes. Nesse contexto, o Gráfico 1 revela dados qualitativos sobre a evolução das relações institucionais entre a Guiné-Bissau e o Brasil, ao longo do século XXI, abordando múltiplas áreas, sob a liderança da ABC.

O Gráfico 1, a seguir, demonstra a distribuição dos projetos da ABC por tipo, revelando diferentes níveis de cooperação. Em relação ao argumento inicial, este pode ser ratificado a partir da elevada quantidade de projetos coordenados pela ABC com a

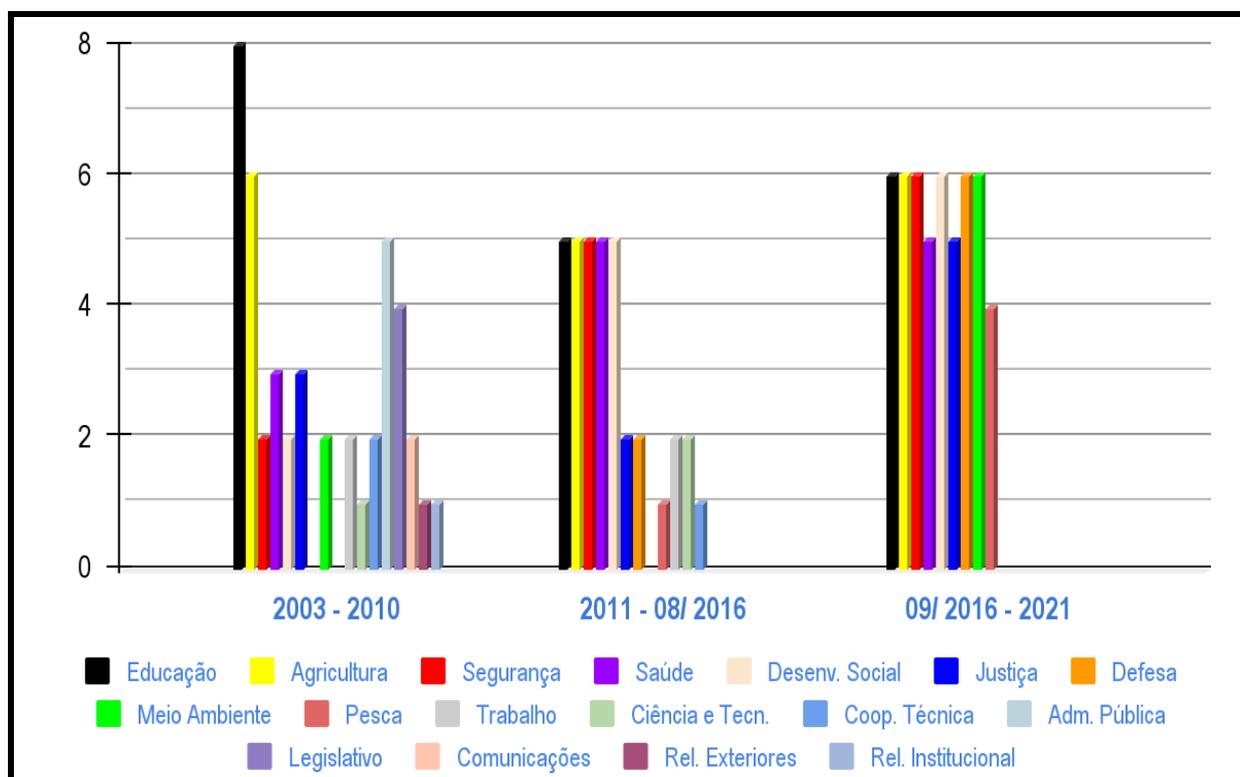
Guiné-Bissau. Destaca-se que foram apuradas iniciativas relacionadas ao fortalecimento institucional deste país, com a uniformidade ou a variação das ações da ABC. Portanto, esse levantamento avaliza o compromisso brasileiro em capacitar a Guiné-Bissau para enfrentar as ameaças vigentes à segurança do sistema internacional atual.

Gráfico 1 - Projetos da ABC com a Guiné-Bissau



Fonte: Gorga (2023)

Observa-se que a cooperação Brasil-Guiné-Bissau abrangeu diversas áreas, enfatizando a educação, a agricultura, a saúde, a justiça e o desenvolvimento social. Essa cooperação, embora ocorresse em um cenário de direcionamento, por vezes, norte-sul da política externa brasileira, sustentou a projeção estratégica do Brasil na costa atlântica africana (GORGA, 2023). Desse modo, determinadas áreas são vitais para o avanço institucional da Guiné-Bissau, conforme evidenciado, a seguir, pelos anos de cooperação da ABC, no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Período(s) de vigência das ações da ABC junto à Guiné-Bissau por período

Fonte: Gorga (2023)

Por fim, certamente, há reflexos das relações lideradas pela ABC em prol do fortalecimento institucional bissau-guineense. No século XXI, mais de sessenta atividades de cooperação técnica e humanitária foram realizadas entre o Brasil e a Guiné-Bissau, conforme consta no Gráfico 1, abrangendo diversas áreas que promoveram o fortalecimento institucional e a capacitação profissional do país africano (ABC, 2018). Salienta-se que a Polícia Federal do Brasil se destaca na formação de agentes de segurança guineenses, com o projeto do Centro de Formação das Forças de Segurança, formando mais de 1.500 policiais para combater o crime organizado transnacional (PLESSMANN, 2022; BRASIL, 2022).

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. Cooperação brasileira na área de capacitação jurídica é premiada na Guiné-Bissau. 2018. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1015>. Acesso em: 12 out. 2023.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Guiné-Bissau**. 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/GuineBissau>. Acesso em: 13 out. 2023.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Vertentes da Cooperação Técnica**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-tecnica/vertentes-da-cooperacao-tecnica>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CARVALHO, Ricardo O. de. **Política Externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: Crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP e CEDEAO” (1973-2014)**. 2016, 251 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149518>. Acesso em: 18 set. 2023.

GORGA, Eduardo F. **A cooperação brasileira com a Guiné-Bissau de 2003 até 2021: reflexos no combate aos tráficos transnacionais**. 2023, 134 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

KEOHANE, Robert. **International institutions and state power**. Westview Press, 1989. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780429032967/international-institutions-state-power-robert-keohane>. Acesso em: 11 out. 2023.

NAU, Aruna U. **A segurança interna e a criminalidade organizada transnacional: O narcotráfico na Guiné-Bissau**. 2021, 142 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais) – XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37037>. Acesso em: 23 set. 2023.

PLESSMANN, Janaína. **O Brasil já formou mais de 1.500 policiais guineenses**. Ministério das Relações Exteriores, 2022. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/impressa/mostrarconteudo/1336>. Acesso em: 22 nov. 2023.

* Doutorando em Estudos Estratégicos (PPGEST/UFF), Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS) e Mestre em Estudos Fronteiriços (UFMS). E-mail: efgorga@id.uff.br

As empreiteiras e a política externa brasileira no governo Lula III: uma possível "reinternacionalização"?

*Nathan Morais Pinto da Silva**

Em março de 2024, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) se posicionou em defesa da retomada do financiamento à exportação de obras e serviços de engenharia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), paralisado desde 2015. A organização afirma que a medida contribuiria para a recuperação do crescimento econômico do Brasil, além de impulsionar a inovação, criação de empregos e aumento da renda (INDÚSTRIA, 2024). No mesmo mês, o governo brasileiro iniciou negociações com sete empresas envolvidas em acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato, incluindo seis empreiteiras de obras públicas, que visam a redução dos valores das dívidas referentes a estes acordos (AGOSTINI, 2024).

Na esteira de acontecimentos como a Operação Lava Jato e a crescente instrumentalização do combate à corrupção para fins econômicos e político-eleitorais desde meados da década de 2010 no Brasil, as grandes empreiteiras brasileiras de obras públicas sofreram um processo de desmoralização e desqualificação. Algumas destas empresas tiveram de passar por processos de rebranding, inclusive mudando seus nomes, como a Odebrecht, que se tornou Novonor; a Camargo Corrêa, atual CCCC/Mover Participações; a OAS, atual Grupo Metha, entre outras. No título de seu recente livro de memórias, o empreiteiro Emílio Odebrecht caracteriza este processo como “uma guerra contra o Brasil” (ODEBRECHT, 2023).

A atuação internacional de algumas destas empresas – com destaque para as três supracitadas, além da Andrade Gutierrez – através da exportação de seus serviços de engenharia foi uma importante frente de atuação da política externa brasileira ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, nas décadas de 2000 e 2010. No entanto, devido ao processo de desqualificação das empreiteiras, acentuado após a destituição de Dilma Rousseff em 2016 e durante o governo Bolsonaro (2019-2022) devido ao desinteresse do governo brasileiro em apoiar a internacionalização do setor neste contexto, estas perderam praticamente toda a sua competitividade internacional. Neste artigo, busco avaliar se o terceiro mandato de Lula da Silva pode representar uma oportunidade para a recuperação do lugar de relevância do setor da construção no processo de inserção internacional do Brasil.

A internacionalização das empreiteiras brasileiras remonta ao período da ditadura empresarial-militar, contexto em que estas empresas observaram um crescimento estrondoso, devido à enorme demanda por obras públicas no país e ao intenso imbricamento entre o empresariado do setor e o Estado autoritário (CAMPOS, 2014). É na ditadura que as grandes construtoras brasileiras começam a participar de concorrências e vencer contratos no exterior, principalmente em países da América do Sul, África e Grande Oriente Médio, regiões estratégicas para a política externa brasileira no período, em experiências com graus variados de sucesso. Em alguns destes casos, a exportação de serviços de engenharia servia como moeda de troca em operações comerciais de importação de petróleo, insumo estratégico para o país no contexto dos dois choques do petróleo da década de 1970 (SILVA, 2021).

Destacam-se aqui as obras realizadas pela Mendes Júnior na Bolívia (Hidrelétrica de Santa Izabel), na Mauritânia (Estrada da Esperança) e no Iraque (Ferrovia Bagdá-Akashat); a construção da Hidrelétrica de Capanda, em Angola, pela Odebrecht; além de outras obras de menor porte. Entre os casos de menor sucesso relativo, são dignas de lembrança a atuação da Camargo Corrêa nas obras da Hidrelétrica de Guri e a tentativa de inserção da Odebrecht no Chile, onde a empresa chegou a ser selecionada para a construção da Hidrelétrica de Colbún-Machicura. Nas duas ocasiões, as empreiteiras brasileiras acabaram perdendo espaço ou sendo preteridas para empresas norte-americanas (CAMPOS, 2022).

No período pós-redemocratização, as empreiteiras brasileiras expandiram sua atuação internacional, rompendo a barreira do espaço de atuação tido como possível para a indústria brasileira e se inserindo em mercados até então inexplorados. A Odebrecht chegou à América do Norte e à Europa, passando a atuar em Portugal no final da década de 1980 e nos Estados Unidos no início da década de 1990 (MOURA, 2020). Na mesma década, a Mendes Júnior e Andrade Gutierrez realizaram uma investida na China, tentando participar da construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas, hoje a maior do mundo, porém sem muito sucesso (SILVA, 2022).

A consolidação da indústria da construção como um instrumento da política externa brasileira viria no século XX, com os dois primeiros mandatos de Lula. As empreiteiras brasileiras participaram ativamente do componente infraestrutural do processo de integração regional sul-americano liderado pelo Brasil – politicamente e financeiramente, através do BNDES – durante os governos do PT, no contexto da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), construindo usinas

hidrelétricas, rodovias, ferrovias, gasodutos e outros tipos de projetos de infraestrutura (BARROS, 2018; HONÓRIO, 2019; JAEGER, 2021).

O processo de desqualificação das empreiteiras brasileiras no decorrer da década de 2010 resultou em uma série de oportunidades perdidas a nível internacional para a indústria brasileira da construção. O processo de integração regional se esvaziou não apenas em termos políticos, mas também em termos concretos, com o enfraquecimento da atuação das empresas brasileiras na região, principalmente após a interrupção dos financiamentos do BNDES. A nível global, os mercados africano e asiático de obras de infraestrutura se tornaram inacessíveis para as cada vez menos competitivas empreiteiras brasileiras, diante da hegemonia da China e sua Iniciativa do Cinturão e Rota nestes mercados.

O terceiro mandato de Lula aponta, até o presente momento, para uma mudança no que diz respeito às relações entre as empreiteiras e o Estado brasileiro. Crítico da Operação Lava Jato – que contribuiu para a sua prisão – e das suas práticas, Lula tem se mostrado aberto à reabilitação das construtoras brasileiras, como indicado por esta fala do presidente em março de 2023:

Se fizeram bobagem, têm que pagar o preço por ter feito bobagem. O que não dá é para um país do tamanho do Brasil, com as empresas de engenharia que tinha o Brasil, agora para fazer uma obra qualquer ter que trazer uma empresa chinesa, uma empresa espanhola [...] A Lava Jato poderia ter prendido um empresário, se ele roubou, mas deixar a empresa funcionar. Teve problema? Faça nova licitação. O que não pode é quebrar a empresa como quebrou. Hoje você não tem empresa para fazer uma grande obra (LULA apud SPECHOTO, 2023)

Pode-se observar, portanto, que o governo parece disposto em apoiar a recuperação da competitividade das empreiteiras brasileiras no mercado interno, o que é evidenciado por ações como a disposição em renegociar dívidas destas empresas. Além disso, movimentações como o apoio da CNI à retomada de financiamentos do BNDES para obras no exterior demonstram que as relações de confiança entre o governo do PT e o empresariado industrial brasileiro podem estar sendo reestabelecidas. Estes podem ser primeiros passos importantes rumo à reabilitação destas empresas para concorrências internacionais.

Diante do exposto, conclui-se que a recuperação da credibilidade das empreiteiras brasileiras em âmbito doméstico é uma condição fundamental para a sua reinserção de forma competitiva no ambiente internacional, e o governo Lula III aparenta ser simpático a este movimento de retomada. No entanto, devido a fatores externos como a inércia do

processo de integração física regional sul-americana e a hegemonia da indústria da construção chinesa nos mercados asiático e africano, é difícil crer que as construtoras brasileiras voltem a ocupar um espaço de destaque no mercado internacional a curto ou médio prazo, mesmo com a retomada do apoio estatal à sua internacionalização.

Referências

AGOSTINI, Renata. Governo inicia negociações e já avalia novos acordos para sete empresas alvo da Lava-Jato que devem R\$ 8,2 bilhões. **O Globo**, 12 de março de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/12/governo-inicia-negociacoes-e-ja-avalia-novos-acordos-para-sete-empresas-alvo-da-lava-jato-que-devem-r-82-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 2 de abril de 2024.

BARROS, Larissa Martins Monteiro de. **A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Eduff, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **O Voo do Ícaro: A internacionalização das construtoras brasileiras durante a ditadura empresarial-militar (1968-1988)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

HONÓRIO, Karen dos Santos. **A política das obras e as obras da política: um estudo sobre as relações bilaterais Brasil-Bolívia e Brasil-Ecuador na dimensão da infraestrutura nos governos Lula da Silva (2003-2010)**. 2019. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade do Estado de São Paulo Júlio Mesquita Filho/Universidade Estadual de Campinas/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

INDÚSTRIA defende retomada do financiamento à exportação de serviços pelo BNDES. **Agência de Notícias da Indústria**, 7 de março de 2024. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/industria-defende-retomada-do-financiamento-a-exportacao-de-servicos-pelo-bndes/>. Acesso em: 2 de abril de 2024.

JAEGER, Bruna Coelho. **Infraestrutura enquanto recurso de poder na Economia Política Internacional: um estudo sobre a atuação regional do Brasil (2000-2016)**. 2021. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOURA, Pedro Giovannetti. **A internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht: desenvolvimento e integração latino-americana**. 2020. Dissertação (Mestrado em Cultura e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ODEBRECHT, Emílio. **Uma Guerra Contra o Brasil: como a Lava Jato agrediu a soberania nacional, enfraqueceu a indústria pesada brasileira e tentou destruir o Grupo Odebrecht**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2023.

SILVA, Nathan Morais Pinto da. **Diplomacia à prova de choque: as relações com países exportadores de petróleo e a busca pela segurança energética na política externa brasileira durante os governos Geisel e Figueiredo (1974-1985)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Nathan Morais Pinto da. Barrados pela Grande Muralha: as tentativas de inserção das empreiteiras brasileiras no mercado de infraestrutura chinês em perspectiva histórica. In: **Anais eletrônicos do 6º Seminário de Graduação e Pós-Graduação da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. São Paulo: IRI/USP, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/spabri2022/496103-barrados-pela-grande-muralha—as-tentativas-de-insercao-das-empreiteiras-brasileiras-no-mercado-de-infraestrutura/>. Acesso em: 2 de abril de 2024.

SPECHOTO, Caio. Lula diz esperar que empreiteiras da Lava Jato “ressuscitem”. **Poder360**, 21 de março de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/lula-diz-esperar-que-empreiteiras-da-lava-jato-ressuscitem/>. Acesso em: 2 de abril de 2024.

* Doutorando e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ) e bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IBMR. Possui Especialização em Direito Internacional pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail: nathan.morais@hotmail.com

O fenômeno do policial político no Brasil

Talita Ribeiro*

Ao longo das últimas décadas, o país tem enfrentado índices alarmantes de criminalidade, abrangendo desde crimes violentos até conflitos armados entre grupos criminosos e forças de segurança. Dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostram que o pico de Mortes Violentas Intencionais no Brasil se deu em 2017, onde 64.078 pessoas foram vítimas de homicídios (incluindo feminicídio e policiais assassinados), roubos e lesão corporal seguidos de morte, e mortes decorrentes de intervenções policiais. Na época, como mostram pesquisas realizadas pelo FBSP, o país registrou 30,9 Mortes Violentas Intencionais para cada 100 habitantes. Devemos destacar que esse número não é um fenômeno isolado, já que a crescente de mortes desse tipo vem desde 2012.

As políticas de segurança pública, embora insuficientes, enfrentam um desafio persistente. Não há uma definição normativa clara sobre como os recursos devem ser alocados para financiar a segurança pública. Enquanto a Constituição obriga a operação e manutenção de contingentes policiais nos estados e na União para manter a ordem, ela também permite que os municípios estabeleçam suas próprias guardas municipais. O financiamento da segurança pública é predominantemente direcionado para despesas com pessoal, refletindo a necessidade de manter as forças policiais operacionais.

Além da discussão sobre as normas de financiamento da segurança pública, que impactam negativamente a eficácia das alocações de recursos, outro aspecto relevante a ser considerado é o papel desempenhado pelos policiais militares. A posição desses profissionais dentro da estrutura do serviço público não é claramente definida, pois, embora sejam designados como policiais militares, sua condição de funcionários públicos é ambígua. Na realidade, são percebidos como uma categoria especial de trabalhadores, inseridos no contexto militar. Em virtude dessa classificação militar, alguns direitos e garantias trabalhistas essenciais são negados aos policiais, o que resulta na fragilização de sua condição laboral.

Conforme observado por Frederico de Almeida,

Os policiais militares e os militares não têm condições de expressar insatisfações de trabalho. Não podem se sindicalizar, não podem fazer greve. Então, usam essa permissividade eleitoral para levar essas demandas adiante, se valendo do discurso de combate à criminalidade. (ROSSI, 2020, p.4)

Diante disso, nota-se um fenômeno que tem ganhado destaque nos últimos anos chamado policialismo, termo utilizado pelo Instituto Sou da Paz para descrever a incorporação das carreiras e do discurso militar nas candidaturas de agentes de segurança, especialmente no contexto das pautas relacionadas à segurança pública.

Segundo levantamento do Sou da Paz, as eleições de 2020 registraram um maior número de candidaturas de policiais e militares, tendo um aumento de 21% em números absolutos em relação à eleição anterior. A maior porcentagem de registros de candidaturas da área de segurança é representada por policiais militares e militares reformados, sendo os membros das forças armadas a ocupação menos representada. Devemos observar, no entanto, que o crescimento do número de candidatos vindos das forças de segurança acontece desde 2012, o diferencial dos últimos anos, principalmente 2020, foi o aumento de candidaturas para os cargos do Executivo.

O mesmo estudo também aponta um dos prováveis motivos para o crescimento do número de policiais eleitos. Dados de 2018 mostram que os militares e policiais representavam aproximadamente 3,8% do total de eleitores no Brasil, excluindo os militares inativos. Este grupo registrou um aumento de 41,7% entre 2009 e 2018, evidenciando a influência militar no cenário eleitoral, especialmente considerando o impacto gerado por indivíduos diretamente associados aos agentes de segurança. Conforme dados do Fórum de Segurança Pública do ano de 2020, levando em conta a média de membros por família com base no SIDRA/IBGE de 2008, estima-se que aproximadamente 18,5 milhões de pessoas estejam vinculadas a policiais e militares, ou seja, indivíduos que exercem seu direito de voto e compartilham princípios militares.

Outros fatores também chamam atenção. Estudos divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 revelam que a condição econômica do país influencia a candidatura e eleição de candidatos policiais. Ou seja, se a economia estiver estável e se as demandas do setor forem supridas, a tendência é que menos candidatos policiais se candidatem e, logo, sejam eleitos. Em outros termos, os policiais seriam eleitos mais frequentemente em momentos de crises e mudanças de expectativas, não apenas econômicas, mas também em termos de prioridades e ideologias políticas.

Além disso, podemos adicionar mais um elemento no que diz sobre os agentes de segurança na política. O Sou da Paz também revelou que, no que diz em respeito ao espectro político, os membros das forças de segurança se concentram nos partidos à direita: 87% dos registros de candidatura são de direita e centro-direita, sendo a maior parcela dos partidos PSL (ex-partido de Jair Bolsonaro) e Republicanos (ligado à igreja

Universal), ou seja, partidos que trazem a pauta do armamentismo com viés conservador.

Se faz interessante, além disso, observar que o fenômeno da candidatura de membros das forças de segurança se concentra principalmente na região sudeste do país, tendo o Rio de Janeiro a maior proporção de candidaturas militares e policiais, estado onde a família Bolsonaro foi eleita, e se manteve no cargo.

Levando em consideração o panorama exposto, podemos dizer que o fenômeno do policialismo está atrelado ao foco nos debates da pauta da segurança pública, impulsionada pela eleição de Jair Bolsonaro. Ademais, acreditamos que o apelo eleitoral de policiais e militares está ligada a crise de violência enfrentada pelo país, além de uma crescente descrença no Judiciário. Adicionalmente, é essencial examinar essa tendência considerando a elaboração de uma narrativa que simplifica a política como um confronto do bem contra o mal, onde o policial é retratado como o herói defensor dos valores tradicionais.

Deste modo, devemos mencionar os perigos da politização das forças policiais. A ocorrência de ações policiais forçadas com fins políticos pode vir a ser uma estratégia eleitoral, já que episódios de ações à paisana ganham forte apelo popular. Como exemplo temos as PMs Katia Sastre e Fabiana Silva, eleitas como deputada federal após deterem ações criminosas fora de horário de serviço, às vistas do público e de filmagens. Outro sintoma da politização das forças policiais é a realização de operações contra opositores políticos, algo recorrente no governo de Jair Bolsonaro.

Além disso, o fenômeno do policialismo é ligado a violência política, que cresce junto com as candidaturas de integrantes e ex-integrantes das forças policiais. Segundo um estudo divulgado em 2020 pelo jornal O Globo, um político é morto por semana no país, sendo Pernambuco e Rio as áreas com o maior número de casos dos homicídios.

A perspectiva de mudança não se configura, pois o governo sinaliza positivamente aos policiais ao aprovar, com poucos vetos, a nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Lula renuncia à imposição de limites à participação dos agentes de segurança pública na política ao vetar a cláusula que proibia a filiação de policiais militares a partidos políticos e sindicatos, a presença armada em eventos político-partidários e a divulgação de opiniões políticas nas redes sociais utilizando uniforme, patente, graduação ou símbolos da instituição. O governo opta por essa abordagem em troca da aprovação de pautas que considera prioritárias, aprofundando, assim, simultaneamente, a militarização da segurança pública e a politização dos agentes de segurança.

É essencial que uma reforma na área estabeleça fronteiras mais claras entre as

esferas policial e política. Além disso, a necessidade urgente é a de direcionar a atenção para além do indivíduo policial, concentrando-se mais nos padrões operacionais e na estrutura legal que os respalda. Ao abordar de maneira mais abrangente a relação entre a polícia e a política, é possível promover uma reorganização que promova uma atuação mais transparente e eficiente.

Focar nos parâmetros operacionais e na arquitetura legal que fundamenta as ações policiais torna-se crucial para a promoção de uma mudança substancial. Dessa forma, a reforma não apenas restringe a interferência política, mas também estabelece diretrizes mais sólidas que norteiam o comportamento da polícia. Ao concentrar esforços nesses aspectos estruturais, é possível criar uma base mais robusta para uma atuação policial que esteja alinhada com princípios de justiça, transparência e respeito aos direitos civis

Referências

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Policialismo**: Novo fenômeno político brasileiro. 2021.

OS GARGALOS da segurança pública no brasil: letalidade policial e politização das tropas avançam em meio à inação federal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jan. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/especial/os-gargalos-da-seguranca-publica-no-brasil-letalidade-policial-e-politizacao-das-tropas-avancam-em-meio-a-inacao-federal.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HITS nas redes, “Mãe PM” e “Major de salto” serão deputadas por SP e RJ. **Portal UOL**, São Paulo, 08 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/hits-nas-redes-mae-pm-e-major-de-salto-serao-deputadas-por-sp-e-rj.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

POLÍTICA SILENCIADA: série revela que um político morre a cada semana no Brasil. Veja a história por trás de cada caso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 nov. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2020/politica-silenciada-serie-revela-que-um-politico-morre-cada-semana-no-brasil-veja-historia-por-tras-de-cada-caso-1-24735254>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROSSI, Amanda. Em alta no Brasil, candidatura de policiais e militares é proibida em outros países. **Fonte Segura**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

*Bacharel em Relações Internacionais (UERJ) e mestranda em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV). E-mail: talita.ribeiro@gmail.com

Sirenes e Operações Policiais

*Danillo Avellar Bragança**

Uma manhã qualquer. Yago de Farias, 17 anos, é baleado pelas costas na favela do Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro. O Jacaré-Jacarezinho é uma das regiões mais povoadas por destacamentos policiais do Rio de Janeiro. Cabines de policiamento com janelas blindadas. Uma Unidade de Polícia Pacificadora ainda existe no local. A Cidade da Polícia, grande conjunto de delegacias especializadas da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, está a menos de um quilômetro da entrada principal da favela. A área é atendida pelo 3º Batalhão de Polícia Militar, um dos que abriga maior contingente de policiais no Rio de Janeiro.

Yago andava por uma região chamada Pontilhão, que fica às margens do rio Jacaré. Há uma ponte, um rio assoreado e arcos de concreto ficam de um lado ao outro, uma intervenção de engenharia malsucedida. O tiro atingiu Yago na cabeça. No Pontilhão há uma farmácia, muitas casas, barracas de comida de rua. Área de grande circulação, que fica há menos de um quilômetro do Buraco do Lacerda, perto da Rua Viúva Claudio.

Yago usava fone de ouvido, o que é senso comum se tratando de adolescentes. Estava de um dos lados do rio Jacaré, o policial estava do outro lado, que disse ter anunciado a abordagem. O jovem foi levado para a UPA de Manguinhos, perto dali, mas não resistiu. Uma área de grande movimento. O protocolo de abordagem não prevê este tipo de conduta. A própria Polícia Militar alegou não ter havido operação na região naquele dia.

Não precisa. O Jacaré-Jacarezinho é uma extensa área que margeia alguns bairros da Zona Norte carioca. Há escolas na região, muitas escolas, inclusive, escolas de samba. Muitas linhas de ônibus passam por ali, indo para Bonsucesso, Benfica, Del Castilho e outros bairros de grande circulação. Bairros de passagem. O Jacaré, mais que uma favela, é um bairro como qualquer outro do Rio de Janeiro. E é fortemente policiado.

No momento deste texto, o território era dominado – majoritariamente - pelo Comando Vermelho, a primeira das facções criminosas do Rio de Janeiro. No Pontilhão há um ponto de venda de drogas, o que é fácil de identificar. A presença de usuários de crack na região é visível. Há muitos ferros-velhos, que compram o cobre roubado de postes, sinais de trânsito ou qualquer coisa possível. Os ferros-velhos compram este cobre, as bocas vendem o crack. É comum ver na região fogueiras feitas por moradores de rua, que servem para derreter a borracha e facilitar a extração do metal.

Deveria haver um jeito de avisar. A presença policial é ostensiva. Os sobrevoos de helicóptero são diários, suficientes para que o ouvido e o pescoço fiquem sempre atentos. Os carros de polícia ficam parados nas esquinas da Avenida Dom Hélder Câmara, que atravessa a zona norte. Há uma cabine, um destacamento e um grande supermercado na região. A Unidos do Jacaré tem sede ali. Barbeirinho do Jacaré, lendário sambista, morava numa casa ali próximo.

O uso de sirenes é uma proposta a ser colocada. No primeiro semestre de 2011, em meio a grandes deslizamentos de terra, o Rio de Janeiro ganhou seu primeiro Sistema de Alarme por Sirenes. Em muitas comunidades, alto-falantes instalados no alto dos postes normalmente informam o cidadão em caso de chuvas fortes e com potencial de alagamento e inundação. O rio Jacaré historicamente alaga, são comuns as enchentes até hoje.

O objetivo da Defesa Civil foi o de reduzir e até mesmo evitar perdas humanas em caso de deslizamento ou inundação. As características geográficas do Rio de Janeiro sugerem que ter um plano de contingência é bastante razoável. Áreas específicas destas comunidades são escolhidas para servir de pontos de encontro, normalmente escolas, onde a população pode e deve se abrigar em caso de perigo.

Nos postes próximos ao rio Jacaré há megafones instalados. A ideia é informar risco, produzir mobilização e evitar mortes. O caso das operações policiais pode ser visto pelo mesmo modo de operação da Defesa Civil? Argumentamos aqui que sim.

Sistemas parecidos funcionam em vários lugares do mundo, nas áreas conflagradas ou não. Por mensagem eletrônica (SMS) ou, ainda, pelo uso de aplicativo, a população de um determinado local fica sabendo de forma imediata se há perigo. Protocolos estabelecidos pelas comunidades ajudam a orientar as pessoas em situações inesperadas.

Em Tel-Aviv, Israel, sirenes avisam em caso de disparo de míssil. De forma conjunta, avisos sonoros, visuais e vibrações no celular mostram de forma contundente o perigo. Não basta avisar: é preciso definir pontos de encontro e abrigo, orientar os cidadãos para que se informem e tomem a melhor decisão para se protegerem. Um destes aplicativos, o Home Front Command, avisa o local em que os mísseis provavelmente cairão e informa que lugares próximos podem ser utilizados para a própria segurança. O High Ring, por sua vez, faz soar as sirenes em cidades como Ramat Gan, Haifa e outras, informando a intensidade do evento.

Rússia e Ucrânia também têm sistemas de alarme civil. Neste caso, os pontos de abrigo são antigas estações subterrâneas, normalmente de metrô, que foram desativadas

ou não. Em cidades como Madri, Boston, Paris, é comum o uso de sirenes em caso de ataques de maior escala. As redes sociais são usadas como espaço de divulgação de informações oficiais. Os serviços de Defesa Civil também estão conectados à Centros de Controle e Informação, que divulgam orientações em caso de eventos climáticos extremos ou, ainda, perigo de ataques em solo urbano.

Operações policiais devem conter o elemento surpresa como trunfo para seu êxito? A instrução normativa PMERJ/EMG-PM3 N° 23, de 12 de fevereiro de 2015 descreve alguns critérios para a execução do Policiamento Ostensivo (PO) ou Policiamento Ostensivo Complementar (POE), no seu artigo 11, que devem ser executados da seguinte maneira:

I. Operação de Ação Preventiva (A Prev) – Realizada em locais, horários e dias pré-determinados, utilizando patrulhas a pé e/ou a cavalo e/ou motorizadas com o objetivo de, não somente, desestimular a prática de delitos pela presença da PM, como também infundir, psicologicamente, uma sensação de segurança na população. Se caracteriza pela fixação da patrulha por um determinado período em um mesmo local. (PMERJ/EMG-PM3, 2015, p. 8)

Em caso de A Prev, locais e horários são definidos anteriormente, por estratégia. A ideia de “infundir, psicologicamente, uma sensação de segurança na população” é contraste interessante, porque se o protocolo não informa se é bom ou ruim, mas, na prática, esta população vê a presença policial como elemento de desconfiança e insegurança.

Em ações de maior amplitude, por sua vez, a normativa segue:

II. Operações de Ação Repressiva (A Rep) - Realizada em locais, horários e dias pré-determinados, utilizando patrulhas a pé e/ou motorizadas com o objetivo de reprimir a prática de delitos identificados pela análise criminal. Se caracteriza pela mobilidade da patrulha no terreno e se subdividem da seguinte forma: a) A Rep 1 – Vasculhamento (...); b) A Rep 2 - Busca e Captura (...); c) A Rep 3 – Revista (...); A Rep 4 – Cerco – Ações simultâneas de operações repressivas de REVISTA, mediante planejamento prévio, com efetivos e meios flexíveis, visando a coibir a fuga de criminosos por vias de entrada e saída da área considerada e, de acordo com a referida área. (PMERJ/EMG-PM3, 2015, p. 10-15)

O termo “planejamento prévio” aparece muitas vezes na normativa 23, que é anterior às Olimpíadas do Rio de Janeiro e que foi desenhada como um dos compromissos do estado do Rio de Janeiro com a autoridade olímpica. Operações de ação repressiva (A Rep) se subdivide em 1) Operações de Cerco Amplo, quando há a

necessidade apoio externo, com outros batalhões PMERJ ou, ainda, a Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, entre outros, mediante regimento específico; 2) Operação de Cerco Restrito, que está restrita ao uso da Unidade Operacional local (UOp) e também deve ser de planejamento prévio; 3) Cerco Tático Preventivo, combinando Busca e Captura (Rep 2), Revista (Rep 3) e Cerco (Rep 4), também com planejamento prévio expedido pelo gestor policial.

Ou seja, o fator surpresa não é mencionado nas normativas policiais, sobretudo nessa que versa sobre abordagem e categorização de operações. O gestor policial, assim como o gestor de defesa civil, é um servidor público. Falamos muito sobre controle civil sobre as Forças Armadas, mas, de fato, é preciso começar a falar de controle civil sobre as Polícias Militares. A segurança pública é espaço quase que restrito a policiais de carreira, sejam eles civis ou militares.

Neste caso, o uso de sirenes por si poderia produzir maior transparência. A resistência à transparência e maior *accountability* das operações policiais não é um fato novo. Durante a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, panfletos eram distribuídos nas favelas que seriam ocupadas. Eram comuns os casos de rendição sem confronto. Acima de tudo, a população daquelas localidades era informada e podia se abrigar. As baixas eram muito menores e as operações, mais pacíficas, passaram a ser espetáculos de televisão.

Durante a pandemia da COVID-19, o Supremo Tribunal Federal baixou portaria obrigando o gestor policial a informar, via Secretaria de Segurança Pública, os objetivos de cada operação policial, inclusive suspendendo-as em caso de inconsistência ou irregularidade administrativa. Vício de origem é algo muito comum em A Rep de qualquer natureza, mas não existem mecanismos de controle suficientes para supervisionar a atividade policial.

A morte de Yago, no Pontilhão, poderia ser evitada. O termo “bala perdida”, já quase em desuso, mostra que maior planejamento e controle podem produzir mais transparência. O uso de câmeras corporais em agentes tem este mesmo objetivo em comum, cabendo aos órgãos de controle e à população em geral a função de monitorar operações policiais, de maior ou menor escala. Tudo isso poderia estar ao alcance do cidadão, por meio de um simples aplicativo.

*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: danillo.braganca@yahoo.com.br

Normas para submissão de artigos

01- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

02- Em um arquivo separado, deverá ser enviado um resumo em português de, no máximo, 150 palavras, com a indicação de 04 palavras-chave;

03- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

04- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

05- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

06- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.